

# OS IMPACTOS DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS/ CHESF NO NORDESTE

PRIVATIZAR A ELETROBRAS/CHESF É VENDER O RIO SÃO FRANCISCO

**A CHESF É UM  
PATRIMÔNIO DO  
POVO DO NORDESTE**



# Privatizar a Chesf é empobrecer o nordeste

*Empregos, desenvolvimento social e tecnológico, geração de renda, política de meio ambiente, relação com a cultura regional e a história nordestina vão desaparecer com a privatização da companhia*

**A** maior e mais antiga empresa de geração de energia do nordeste pode ser privatizada. Os impactos econômicos e sociais dessa ameaça podem ser irreparáveis para toda nossa região. Além de gerar energia e riqueza para o nordeste, a Chesf também tem uma missão única e muito especial: controlar as águas do Rio São Francisco, o rio que integra toda a nossa região.

É inegável o papel estratégico que a Chesf desempenha para toda região Nordeste. Sua área de atuação é ímpar, pela responsabilidade e ações destinadas à toda sociedade, sejam essas ações de caráter ambiental, ligado à sobrevivência do Rio São Francisco, social, cultural, financeiro, seja com a absorção dos profissionais formados pelas universidades e escolas técnicas da região, seja na organização, provimento e assessoramento de comunidades carentes e afetadas por elas, seja na geração de postos de trabalho. A Chesf promove o desenvolvimento regional onde está inserida, formando a memória viva da população uma identidade e uma referência.

A Chesf é um símbolo para o Nordeste. Pioneira no estudo e desenvolvimento de fontes alternativas de energia, domina a tecnologia de construção de usinas em rocha (como as hidrelétricas do complexo de Paulo Afonso), acumula um profundo conhecimento técnico sobre as particularidades da região, sobre a gestão das águas do Rio São Francisco e do controle de sua vazão para o uso múltiplo do rio, inclusive essencial para o abastecimento da transposição deste para atender todo Nordeste.

Do ponto de vista econômico, a privatização da Chesf terá, entre outros impactos, o aumento de tarifas e do desemprego na região Nordeste. Se privatizada, a riqueza produzida pela companhia será repassada em forma de lucro para os conglomerados estrangeiros que atuam no setor elétrico e levam as divisas das nossas empresa para fora do país.

**PRIVATIZAÇÃO VAI ENCARECER TARIFA** - A Chesf hoje vende a energia pelo menor preço possível, considerando apenas os custos de operação e manutenção do sistema. O Governo diz que, após a venda, a empresa que comprar a Chesf poderá praticar os preços do mercado que, hoje, giram em torno de QUATRO vezes mais. Ou seja, ampliar consideravelmente os valores suportados pela Chesf, na condição de empresa estatal. A própria Aneel, em um estudo de impacto, concluiu que haverá aumento. De acordo com a agência, o preço médio da energia produzida pelas hidrelétricas que estão no sistema de cotas é hoje de R\$ 75,32 por megawatt-hora, valor bem mais baixo que o preço médio praticado no mercado.

A Chesf, por exemplo, é um símbolo para o Nordeste. Pioneira no estudo e desenvolvimento de fontes alternativas de energia. Domina a tecnologia de construção de usinas em rocha (como as hidrelétricas do complexo de Paulo Afonso), acumula um profundo conhecimento técnico sobre as particularidades da região Nordeste e sobre a gestão das águas do Rio São Francisco.

**A FORÇA ENERGÉTICA DA TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO** - Neste ano o Brasil alcançou a marca histórica de 1 gigawatts (GW) de potência instalada em usinas de fonte solar fotovoltaica conectadas à matriz elétrica nacional. De acordo com a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica a potência era suficiente para atender o consumo de 2 milhões de brasileiros. Há um estudo, contratado pelo Ministério da Integração, que se o governo federal quiser aproveitar o potencial dos canais da transposição do Rio São Francisco é possível produzir mais de 3 GW, ou seja, triplicar o que já era digno de se festejar.

É mais uma comprovação do acerto histórico dessa obra, que não é de grande importância apenas para o Nordeste mas para todo o país pela capacidade de responder a um dos maiores desafios de desenvolvimento nacional em todos os tempos, que é reduzir as desigualdades interregionais. Trazendo o estudo a um plano mais próximo das populações que estarão diretamente beneficiadas pela transposição, a utilização do potencial energético poderá chegar aos consumidores de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e Ceará, que não seriam mais levados a ratear a conta da energia com o bombeamento das águas, um valor que chega a R\$ 240 milhões por ano.

Essa possibilidade deve ser desde já adotada por todos os governantes, políticos e lideranças regionais como forma de entrar na agenda do governo federal. O ponto central a ser exposto é que o nosso país está entre os 30 países do mundo que possuem mais de um gigawatts de energia solar, e a entrada do Nordeste nessa conta a partir do estudo que acaba de ser exposto nos eleva a um patamar ainda mais notável nessa matéria.

Em todos os cenários, o Nordeste através da Chesf, mostra a importância estratégica da empresa, inclusive na atração de investidores privados que reduziram os custos para o governo federal a apenas 7,9%, com a geração de mais de 100 mil empregos.

Em todos os cenários, o Nordeste através da Chesf, mostra a importância estratégica da empresa, inclusive na atração de investidores privados que reduziram os custos para o governo federal a apenas 7,9%, com a geração de mais de 100 mil empregos.

As pesquisas promovidas pelo Ministério da Integração agigantam ainda mais os benefícios da transposição das águas do rio São Francisco e devem ser o emblema de todo nordestino, pois trata-se de uma iniciativa estratégica, com a ação dos governos, em que seria possível contribuir de forma indelével para o abastecimento de água, geração de energia e para levar mais desenvolvimento para a região Nordeste.

**RIO SÃO FRANCISCO EM RISCO** - Reiteramos que a Chesf, além de gerar e transmitir energia, tem uma missão muito especial: controlar as águas do São Francisco. A iniciativa privada ao adquirir a Chesf, certamente vai impor regras e obstáculos para o uso das águas do São Francisco, sobretudo em época de seca. Há, também, o desinteresse de continuar levando energia para as comunidades pobres e distantes, que não podem pagar por ela. Custoso, preservar o Rio São Francisco será algo fora dos planos da iniciativa privada.

Em outros países como os Estados Unidos, Canadá, China e França o controle da água e energia é feito de maneira muito forte pelo Governo. Porque são elementos essenciais e estratégicos para qualquer nação. A Argentina vendeu sua empresa de energia e o povo teve um aumento de 300% na conta de luz em 2016 e de 148% em 2017. Isso quer dizer que a conta de luz dos argentinos ficou 4,5 vezes mais cara. Entendemos que com o processo de privatização, só um lado ganha – a empresa privada. E só um lado perde – a sociedade como um todo. A Chesf tem 69 anos. Vamos lutar para que ela permaneça viva e continue sendo pública e atuante no desenvolvimento da nossa região.

Há, também, o desinteresse de continuar levando energia para as comunidades pobres e distantes, que não podem pagar por ela. Custoso, preservar o Rio São Francisco será algo fora dos planos da iniciativa privada.

**Por tudo isso, as entidades sindicais, trabalhadores e sociedade esperam que governadores, parlamentares e demais representantes públicos consigam obter do Presidente Jair Bolsonaro a suspensão da tentativa de privatizar a Eletrobras, especialmente a Chesf, e as demais empresas da holding.**

# Transposição do São Francisco poderá usar energia solar

O Ministério da Integração Nacional estuda a possibilidade de instalar usinas de geração de energia solar para realizar o bombeio de a água no projeto de transposição do rio São Francisco. A tecnologia permitirá a redução de gastos com energia, que respondem por cerca de 80% do custo operacional previsto da transposição, da ordem de R\$ 40 milhões por mês.

Já é possível determinar a capacidade instalada dos projetos de geração de energia solar e o respectivo investimento necessário. De acordo com o projeto de transposição do rio, estará disponível uma faixa de servidão de 200 metros ao longo dos 417 quilômetros de canal. A ideia é utilizar esse espaço para a implantação dos parques.

A expectativa é que os estudos para implantação das usinas solares seja concluído até setembro. O trabalho será desenvolvido em parceria com o Ministério de Minas e Energia.

De acordo com a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), a capacidade instalada de projetos de geração solar no Brasil deverá mais que dobrar até o fim do ano, totalizando 2,3 gigawatts (GW). O parque gerador atual soma 1,1 GW.

Há 3,7 GW de projetos de geração do tipo contratados em leilões recentes e ainda a serem construídos. Até o fim do ano, o setor de energia solar terá acumulado investimentos da ordem de R\$ 20 bilhões no Brasil. Com relação à geração distribuída, o Brasil possui hoje mais de 30 mil sistemas de geração de energia solar de pequeno porte instalados em tetos de residências e estabelecimentos, totalizando investimentos de R\$ 2,1 bilhões desde 2002.

## GERAÇÃO DE ENERGIA NA TRANSPOSIÇÃO PODERÁ CRIAR 100 MIL EMPREGOS

Não é só perspectiva positiva. Manter a Chesf pública é sinônimo de economia e geração de emprego. Para se ter ideia, a conta de energia de R\$ 240 milhões por ano para bombear as águas do Projeto de Integração do São Francisco (Pisf) não só pode deixar de ser rateada pelos consumidores dos quatro Estados envolvidos como também deve se transformar em uma oportunidade de negócio e criação de mais de 100 mil empregos.

**ATRATIVOS** - Ao aproveitar o curso dos canais não seriam necessários gastos com desapropriações, terraplanagem ou transmissão, tornando a instalação das usinas solares mais rápida e barata. Também está atestada a ausência de riscos ambientais, litígios fundiários e de presença de sítios minerais ou arqueológicos.

Com a comprovação técnica de que a geração de energia ao longo do rio São Francisco é possível, a previsão é que leve cerca de seis anos para a modelagem econômica, licitação, leilão e conclusão da obra.

É, portanto, uma incoerência estratégica e um suicídio econômico para o país e para toda região entregar nossas riquezas e todo nosso potencial de geração de emprego. Vender a Chesf é empobrecer o Nordeste e todo o Brasil.

É, portanto, uma incoerência estratégica e um suicídio econômico para o país e para toda região entregar nossas riquezas e todo nosso potencial de geração de emprego. Vender a Chesf é empobrecer o Nordeste e todo o Brasil.

# Empresa é responsável pelo crescimento de toda uma região

Uma senhora de 71 anos, mas com a força e garra de uma adolescente viril. Ao completar mais um ano de vida neste mês, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF continua mostrando que sua relação com o Nordeste é mais que um simples namoro. Trata-se de um casamento que deu certo e mantêm sua chama acesa de ambos os lados.

Ameaçada por uma tentativa irracional de privatização, a Chesf mantém sua força e sua importância em muitos setores da economia da região. E são vários os motivos para manter público esse patrimônio. Praticamente toda a atual produção de alimentos por meio da irrigação em Petrolina e Juazeiro da Bahia se deve aos investimentos da Chesf na construção e operação do reservatório de Sobradinho. Petrolina se desenvolve cada dia mais com os investimentos da companhia e a operação de Sobradinho.

É da Chesf a responsabilidade de monitorar a qualidade da água que garante o consumo humano, animal e produção de alimentos saudáveis a partir de Sobradinho. Ao longo das suas sete décadas de vida, a empresa implantou novas cidades com toda uma moderna infraestrutura, inclusive de saneamento básico, e vários perímetros irrigados quando da construção da Usina de Itaparica, e no passado, de Sobradinho (Remanso, Casa Nova, Sento Sé, etc.)

A Empresa é responsável pela preservação das margens do Rio São Francisco, plantando mais de um milhão de mudas de árvores, a partir da sua sementeira construída em Paulo Afonso. A Chesf é a espinha dorsal do desenvolvimento turístico em Canidé do São Francisco, segundo polo turístico do estado de Sergipe. Mesma situação do município de Piranhas, em Alagoas, responsável pela grande geração de emprego e renda na região.

A Chesf é a empresa do Setor Elétrico que mais paga compensação financeira no Brasil pelo uso da água aos municípios e aos estados onde se localizam suas usinas, a maioria delas no São Francisco. De 2001 até 2017 foram quase R\$ 3 bi (três bilhões de reais) apenas na bacia do Rio São Francisco.

A Universidade do Vale do São Francisco hoje funciona em Paulo Afonso em prédios cedidos pela Chesf, com cursos de medicina e engenharia. Sua sede será construída em terreno doado pela companhia.

Mesmo ameaçado de fechamento pelo atual governo, o Hospital da Chesf em Paulo Afonso, mantido pela companhia nesses 71 anos tende a população de mais de vinte e dois municípios, num total de 700.000 habitantes, numa média de nove mil consultas por mês.

Se falarmos em dinheiro, já que o Governo considera a empresa “falida”. A Chesf registrou lucro de R\$ 251,2 milhões, nos nove primeiros meses do ano de 2018. Com relação ao EBITDA, este somou, no período de janeiro a setembro de 2018, o montante de R\$ 826,8 milhões, contra o valor de R\$ 639,0 milhões, no mesmo período do ano anterior, representando um crescimento de 29,4%.

Se falarmos em dinheiro, já que o Governo considera a empresa “falida”. A Chesf registrou lucro de R\$ 251,2 milhões, nos nove primeiros meses do ano de 2018. Com relação ao EBITDA, este somou, no período de janeiro a setembro de 2018, o montante de R\$ 826,8 milhões, contra o valor de R\$ 639,0 milhões, no mesmo período do ano anterior, representando um crescimento de 29,4%.

Diferentemente das demais empresas controladas pela Eletrobras a Chesf não possui dívida significativa, pois quitou em 2017 grande parte de sua dívida com a própria holding de forma que é a empresa que possui a melhor capacidade de captar recursos no mercado financeiro para financiar futuros investimentos.

Na perspectiva de uma privatização, o planejamento empresarial consolidado da Eletrobras para o período 2018 a 2022, recentemente divulgado, projeta uma distribuição de dividendos da Chesf para a holding (Eletrobras) de cerca de 4,0 Bilhões nos próximos cinco anos. Lamentavelmente, esses dividendos, uma vez repassados a Eletrobrás, deixam de ser investidos na região Nordeste.

O mesmo planejamento projeta também uma queda brusca no investimento da empresa em Geração e Transmissão de energia elétrica na região, saindo de um patamar médio de R\$ 1,5 Bilhões/ano para menos de R\$ 0,5 Bilhões/ano, prejudicando inclusive relevantes investimentos sociais e ambientais.

Enfim, essa senhora de 71 Anos trouxe consigo o maior sistema de transmissão e geração do Brasil, alimentando o parque industrial Brasileiro direto e indiretamente, desbravou o rio São Francisco, mudou seu curso, criou um dos maiores lagos artificiais do mundo, gerando energia, turismo, ensinou ao sertanejo a plantar uvas, a criar peixes, a exportar manga, construiu escolas, formou doutores.

Viu três gerações nascerem nos seus acampamentos, hospitais e cidades que ela fundou. Tem excelência e reconhecimento mundial. Ao longo de suas sete décadas, continua uma debutante com energia de sobra para vender e alimentar o desenvolvimento da região Nordeste e do Brasil em permanente inovação, atuando em energia renováveis (Eólica e Solar) e na transposição das águas do São Francisco para os estados do Nordeste.

Essa senhora de 71 Anos trouxe consigo o maior sistema de transmissão e geração do Brasil, alimentando o parque industrial Brasileiro direto e indiretamente, desbravou o rio São Francisco, mudou seu curso, criou um dos maiores lagos artificiais do mundo, gerando energia, turismo, ensinou ao sertanejo a plantar uvas, a criar peixes, a exportar manga, construiu escolas, formou doutores. Viu três gerações nascerem nos seus acampamentos, hospitais e cidades que ela fundou. Tem excelência e reconhecimento mundial.

# A situação Econômica e Financeira da Chesf

Uma empresa viável, com condições de oferecer resultados positivos e efetuar investimentos importantes no Brasil e, em especial, no Nordeste.

Mesmo diante de toda a crise econômica que o país ainda vivencia, a Chesf vem apresentando números que revelam a sua força e capacidade de oferecer resultados positivos, além de realizar investimentos importantes no Brasil e, em especial, no Nordeste.

A empresa registrou lucro de R\$ 268 milhões no exercício de 2018. Na comparação com o exercício de 2017, onde obteve um lucro de R\$ 1,04 bilhão, destaca-se a reversão da provisão de impairment (teste de recuperabilidade de ativos), com impacto positivo de 875 milhões em 2017, contra o efeito também positivo de R\$ 108 milhões em 2018.

Em 2018, a Chesf realizou investimentos de cerca de R\$ 1.3 bilhão. Desse total, R\$ 936 milhões foram aplicados na expansão do sistema elétrico, sendo R\$ 815 milhões em obras do sistema de transmissão, R\$ 66 milhões em geração de energia e R\$ 55 milhões na infraestrutura. No mesmo período, os investimentos nas Sociedades de Propósito Específico – SPE que a Chesf detém participação acionária, somaram R\$ 358 milhões.

A maioria dos empreendimentos, em parceria, estão em operação ou em fase de conclusão, portanto, a necessidade de aportes de recursos está substancialmente reduzida, quando comparados com os desembolsos efetuados nos anos de 2016 e 2017.

No âmbito do Plano Diretor de Negócios e Gestão - PDNG, neste período, a Chesf transferiu algumas participações acionárias, em SPEs, de geração eólica e de transmissão, para Eletrobras. Esta operação tem por objetivo promover a quitação de dívidas da Companhia com sua controladora, reduzindo seu grau de endividamento e, conseqüentemente, melhorando o resultado e os índices financeiros para o médio e longo prazos.

Com relação ao EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), este somou, no período de janeiro a setembro de 2018, o montante de R\$ 826,8 milhões, contra o valor de R\$ 639,0 milhões, no mesmo período do ano anterior, representando um crescimento de 29,4%, demonstrando que as medidas adotadas estão começando a apresentar os resultados desejados.

Diferentemente das demais empresas controladas pela Eletrobras a Chesf não possui dívida significativa pois quitou em 2017 grande parte de sua dívida com a própria holding de forma que é a empresa que possui a melhor capacidade de captar recursos no mercado financeiro para financiar futuros investimentos.

O planejamento empresarial consolidado da Eletrobras para o período 2018 a 2022, recentemente divulgado, projeta uma distribuição de dividendos da Chesf para a holding (Eletrobras) de cerca de 4,0 Bilhões nos próximos cinco anos. Pior ainda considerando que esses dividendos, uma vez repassados a Eletrobras, deixam de ser investidos na região Nordeste.

O mesmo planejamento projeta também uma queda brusca no investimento da empresa em Geração e Transmissão de energia elétrica na região, saindo de um patamar médio de 1,5 Bilhões/ano para menos de 0,5 Bilhões/ano, prejudicando inclusive relevantes investimentos sociais e ambientais.

|                                   |
|-----------------------------------|
| <b>*Lucro líquido em<br/>2018</b> |
| R\$ 268 milhões                   |
| <b>*Investimentos</b>             |
| R\$ 1.3 bilhão                    |
| <b>*EBITDA</b>                    |
| R\$ 720 milhões                   |
| <b>*Crescimento do<br/>EBITDA</b> |
| 22%                               |

# Texto Base para Pronunciamento

A proposta de transferência do comando acionário da Eletrobras para a iniciativa privada atinge frontalmente os interesses estratégicos nacionais. Inquestionavelmente, esta iniciativa deve ser rejeitada de plano, pois representa um profundo retrocesso na política energética do país, concebida com a inestimável participação da sociedade brasileira e ativa contribuição da engenharia nacional.

Os registros históricos demonstraram que o encaminhamento de um projeto de lei ao Congresso Nacional, visando à constituição de uma empresa estatal de energia com as características da Eletrobras, por parte do ex-presidente Getúlio Vargas, no ano de 1954, provocou intensas articulações e debates na Câmara dos Deputados e Senado Federal, que atravessaram o governo do Presidente Juscelino Kubitschek. Em 25 de abril de 1961, portanto sete anos depois, após a aprovação do parlamento, foi promulgada pelo ex-presidente Jânio Quadros, a lei 3890-A que autorizava a criação desta insigne instituição da área tecnológica. Posteriormente, o presidente João Goulart adicionou novas atribuições à Eletrobras, dotando-a de maior capacidade de intervenção no mercado “visando suprir a crescente demanda por energia elétrica enfrentada, à época, pelo Brasil”.

É indispensável realçar que os Poderes Executivo e Legislativo do Brasil trabalharam, durante o mencionado período, independentemente de contextos partidários ou ideológicos, alinhados a uma diretriz que refletia a necessidade de formatação de um projeto de desenvolvimento e ocupação territorial que contemplasse a magnitude de uma nação continente, o que demandaria expressiva disponibilidade de energia elétrica.

Construímos um Sistema Interligado Nacional capaz realizar o intercâmbio energético entre 25 dos 26 estados da federação, mais o Distrito Federal e hoje mais de 99% da população brasileira está conectada a essa imensa rede.

A produção de energia no país foi severa e positivamente impactada nas décadas seguintes, a partir desta decisão do Estado. A ação articulada do grupo Eletrobras – posteriormente composto por Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, CGTEE e Eletrosul – propiciou investimentos e a consolidação, de forma planejada, de uma matriz energética indutora de prosperidade, reconhecida internacionalmente.

Ressalte-se que tal incremento das capacidades de geração e transmissão de energia, sucessivamente implantadas no país, viabilizaram em períodos subsequentes, mais precisamente até o ano de 1990, a consecução de expressivos programas de diferentes governos, com as consequentes expansões da economia em níveis, muitas vezes, históricos.

Esta realidade restou interrompida na última década do século XX, quando após um exitoso programa de controle da inflação existente, governos que privilegiavam projetos de privatização de empresas públicas, dentre elas a Vale, deixaram de realizar os investimentos planejados e requeridos em diversos setores produtivos, comprometendo drasticamente as taxas de evolução da economia brasileira.

Reconheciam-se como fundamentais “as definições integradas de políticas e diretrizes relativas à exploração da energia elétrica, aproveitamento de seus potenciais, diversificação da matriz geradora nacional, estabelecimento de tarifas, promoção de outorgas de concessão, bem como os adequados planejamentos da geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica”, visando ao pleno e contínuo atendimento às novas demandas do Brasil.

As pesquisas informam, porém, que ao final do ano de 2002, no auge da conclusão daquele ciclo de propostas consideradas privatizantes, a capacidade total de geração e transmissão de energia elétrica implantadas no país era insuficiente para atender às exigências do abastecimento e crescimento da produção

industrial e da população brasileira.

Recorde-se, por dever de ofício para com a História, que exatamente entre 1º de julho de 2001 e 19 de fevereiro de 2002, depois de um espaço de tempo em que as chuvas não refletiram os indicadores de precipitação almejados, uma crise de abastecimento ocorrida no país afetou o fornecimento de energia elétrica.

A Nação vivenciou, naquele período, em proporções até então inimagináveis, um “verdadeiro e aviltante apagão”, causador de um “acionamento de energia elétrica”, incompatível com o estágio de desenvolvimento em que se encontrava o Brasil.

A não aplicação de recursos na execução de projetos, linhas e plantas na década citada, finalmente apresentava à Nação uma profunda conta, pela qual pagaram não apenas os setores vinculados à área de energia, mas toda a sociedade.

O governo federal lançou, às pressas, um programa com o intuito de construir um conjunto de usinas de energia movidas a gás, procurando desesperadamente reduzir o tempo de racionamento imposto ao país, que açoitava a imagem e popularidade dos governantes, bem como prejudicava substancialmente os resultados econômicos. Até um “ministério do apagão” foi destacado para fazer frente àquela emergência, provocadas pela inação governamental.

Uma análise mais acurada daquele tempo remete a fatos ainda mais impressionantes. Consultando dados e referências disponíveis nos acervos dos principais meios de comunicação, encontra-se que o Brasil literalmente “quebrou economicamente” três vezes, entre 1998 e 2002, sendo obrigado a recorrer reiteradamente ao FMI (Fundo Monetário Internacional), em busca de empréstimos para fazer frente a suas obrigações como Nação independente.

Na procura de recursos para equilibrar suas finanças e atender às demandas elementares da nacionalidade, o país foi submetido a contratos que impunham rigorosas imposições externas que comprometeram suas taxas de progresso econômico e sacrificaram duramente a população brasileira.

A partir de 2003, após vigorosos ajustes iniciais que derrubaram uma inflação herdada em processo crescente, que já alcançava 12% ao ano, o Brasil iniciou um novo ciclo com significativos investimentos em infraestrutura que movimentaram o processo produtivo e, diferentemente de outros momentos da vida nacional, disseminaram os resultados no âmbito do tecido social. A memória coletiva e as anotações gravadas na História apontam as expressivas melhoras nos indicadores de inclusão e na qualidade de vida do povo brasileiro.

É indispensável recordar que, em anos seguintes, até o final de 2010, o Brasil vivenciou, entre outras, algumas taxas anuais de crescimento da ordem de 5,76%, 6,07%, 5,09% e 7,53%, que viabilizaram o almejado “pleno emprego”, aumento de salários, plena ocupação da capacidade industrial, carência de mão de obra especializada, diversificação da economia, surgimento de novos empreendedores e a ampliação do parque produtivo nacional.

Ao contrário do que vem sendo proposto para o Setor Elétrico Brasileiro, nos países “centrais” a privatização de áreas essenciais para o avanço econômico e o progresso nacional é uma medida descartada há anos. Exemplo disso é o fato de que países como a Alemanha, os Estados Unidos e a Austrália, barraram investimentos chineses da ordem de 38 bilhões, alegando, fundamentalmente, questões de segurança e soberania nacional.

Além dos elementos elencados acima, o planeta assistiu e admirou o Brasil trabalhar pacificamente, ainda que de forma embrionária, no tênue equacionamento das diferenças e relações internas, assim como ampliar sua relevância e visibilidade no cenário internacional.

Nada do que foi descrito acima teria sido alcançado sem a realização de vultosos investimentos em infraestrutura, conforme anteriormente citado, principalmente na estratégica área de energia. As parcerias estabelecidas entre o Estado brasileiro e a iniciativa privada permitiram grandes saltos na produção de energia elétrica em anos consecutivos, que respaldaram o expressivo crescimento econômico dos anos mencionados.

Acrescente-se que as iniciativas na área de energia implementadas a partir daquelas decisões tiveram seus efeitos estendidos até a presente data e asseguraram, inclusive, a disponibilidade de carga para a obtenção das taxas de desenvolvimento da economia ocorridas entre os anos 2011 a 2014, embora com números, inegavelmente, mais modestos.

Consigne-se que, segundo recente Boletim da Aneel, o Brasil detém, nesta data, empreendimentos de geração de energia em operação que produzem 163,5 GW e uma potência outorgada de 168,8 GW. Encontram-se ainda no país, em fase de construção, novos empreendimentos com potências equivalentes a 8,1 GW, bem como outros com capacidade de geração de 11.9 GW, cujas construções não foram iniciadas.

Portanto, explorando os fatos descritos pela História, bem como alguns números apresentados acima, conclui-se que o Brasil que produzia escassos 82,5GW de energia no ano de 2002, tendo naquela ocasião experimentado a plena humilhação dos denominados “apagão” e “racionamento”, encerrou o ano de 2018, apenas dezesseis anos depois, produzindo praticamente o dobro, exatos 163,5 GW, e com inúmeros outros empreendimentos em “modo execução”.

Registramos que a atuação do Estado brasileiro, por meio da Eletrobras, Aneel, Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, CGTEE e Eletrosul, bem como de incontáveis empresas privadas com histórico no setor de energia, muitas vezes em parcerias com as instituições públicas mencionadas, foram determinantes para o alcance desta marca que orgulha a engenharia e a Nação.

Portanto não procedem os nefastos e vexatórios argumentos em favor da privatização ou transferência do controle acionário da Eletrobras para o capital privado. Esta proposição, ao contrário, conflita, contundentemente, com os princípios que asseguram e protegem, no presente e no futuro, a capacidade de intervenção do Estado no controle e desenvolvimento da estratégica área de energia. Esta iniciativa agride, inegavelmente, os conceitos de soberania nacional.

*Subscrevem este documento:*

Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste – FRUNE - Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco (SINDURB-PE) - Sindicato dos Eletricitários da Bahia (SINERGIA-BA) - Sindicato dos Urbanitários do Piauí (SINTEPI) - Sindicato dos Eletricitários do Ceará (SINDELETRO-CE) - Sindicato dos Eletricitários de Sergipe (SINERGIA-SE) - Sindicato dos Urbanitários de Alagoas (STIU-AL) - Sindicato dos Urbanas da Paraíba (STIU-PB) -Sindicato dos Trab. nas Indústrias de Energia Elétrica do Rio Grande do Norte (SINTERN).

## Contato:

Recife

Rua Barão de São Borja, 218 Boa Vista -  
Recife - PE Fone: 81 3231.2156 - Fax: 81 3221.3919

[federacao.frune@gmail.com](mailto:federacao.frune@gmail.com)

**Raimundo Lucena** - Presidente da Frune  
71 9 8796-8056

